

O Mediterrâneo: Espaço de Confronto ou Cooperação

Paula Pereira

Assessora do Instituto da Defesa Nacional

Resumo

O Mediterrâneo continua a ser uma região de grande instabilidade. A situação política, económica e social dos países do sul do Mediterrâneo faz da região uma zona de riscos em particular para a Europa. As assimetrias entre as duas regiões são importantes e estiveram, no passado, na origem de confrontos e tensões entre países das duas margens do Mediterrâneo como também entre vizinhos do sul. O conflito israelo-árabe e a paralisação do Processo de paz no Médio Oriente bloqueou durante anos as negociações e a aproximação das duas margens do Mediterrâneo.

No entanto, a partir da desintegração da União Soviética e sobretudo depois da Guerra do Golfo de 1991, as duas regiões iniciaram um caminho de diálogo numa tentativa de reduzir as assimetrias económica, política, social e humana. Na década de 90 foram criados vários *fora* que reúnem países árabes e Israel. A Parceria Euro-Mediterrânica da União Europeia é a iniciativa para o Mediterrâneo mais abrangente. As medidas propostas abarcam as áreas da política e segurança, economia e a área social e humana.

A cooperação da União Europeia e Estados Unidos no seio destas estruturas são fundamentais para diminuir ou mesmo eliminar os riscos vindos dessa região.

Abstract

The Mediterranean is still a region of great instability. The political, economic and social situation of the countries of the south of the Mediterranean, makes the Mediterranean a zone of risk, particularly for Europe. The asymmetries between the two regions are important and have been, in the past, the origin of confronts and tensions between countries of both sides of the Mediterranean, as well as between neighbours of the south. The Israeli-Arab conflict and the paralyzation of the process of peace in the Middle East has blocked for years the negotiations and the approach of the two sides of the Mediterranean.

*Nevertheless, after the disintegration of the Soviet Union and especially after the Gulf War of 1991, the two regions began a way of dialogue in an attempt to reduce the economic, political, social and human asymmetries. In the decade of 90 were created several *fora* that bring together Arab countries and Israel. The Euro-Mediterranean Partnership of the European Union is the most comprehensive initiative for the Mediterranean. The measures presented include areas such as politics and security, economy, and even the social and human area. The cooperation of the European Union and the United States among these structures are fundamental to reduce or even eliminate the risks coming from that region.*

O Mediterrâneo é uma região de grande diversidade cultural, linguística e política. O que, em certos domínios, poderia ser uma vantagem, neste caso tornou-se uma fonte de conflitos e tensões.

Também é uma região que nunca conheceu um clima de paz e de estabilidade. O Próximo Oriente continua incendiado pelo conflito israelo-palestiniano, sem esperança, actualmente, de uma solução viável para o processo de paz. As esperanças de ver a situação resolver-se com um plano apresentado pelos americanos ou pelos europeus desvanecem-se com os novos ataques terroristas ou as novas incursões israelitas na Cisjordânia e na Faixa de Gaza.

Após tantos anos de combates, as populações vêem-se como inimigos eternos e a violência gera violência. Um quer vingar um irmão, o outro o pai, outro ainda um filho. É difícil determinar a percentagem de população a favor de um acordo de paz e, neste caso, isso não tem muita importância porque basta uma minoria para cercear qualquer tentativa de negociação.

No caso do Mediterrâneo Ocidental, região em que vamos concentrar a nossa atenção, a situação é muito diferente e, não obstante algumas tensões ainda existentes, no seu conjunto, é um espaço de cooperação regional e internacional.

As relações económicas entre as duas margens do Mediterrâneo registaram um desenvolvimento importante desde a Conferência de Madrid em 1991 e sobretudo a criação do Processo de Barcelona em 1995. Contudo, as duas regiões conhecem um nível de desenvolvimento sócio-económico bem diferente. O efeito desta assimetria tem efeitos nocivos na Europa e no Magrebe em domínios distintos.

As relações políticas entre os diferentes Estados conheceram um ambiente de pacificação. A resolução de eventuais tensões é facilitada na medida em que o diálogo se tornou um mecanismo habitual e quase automático.

Todavia, mau grado os progressos alcançados, as relações com a região Mediterrânica continuam a estar condicionadas pelo conflito Israelo-Palestiniano, que afecta, em particular, as relações Sul/Sul, mas também as relações Norte/Sul. O Processo de Barcelona experimenta regularmente períodos de estagnação, em função da situação no Próximo Oriente. As outras tentativas para o Mediterrâneo, nomeadamente o diálogo desenvolvido pela NATO e o Grupo 5+5, deparam-se com os mesmos entraves. É essencial separar as duas regiões, Próximo Oriente e Magrebe, nas várias negociações.

A Europa é o actor mais importante no Mediterrâneo, em virtude de um apoio financeiro muito elevado. Visivelmente isso não basta para influenciar a política de

certos Estados. Na verdade, este auxílio financeiro não pode servir de meio de pressão porque isso deixaria a porta aberta à política americana, muito diferente da europeia, para a região, sobretudo o Próximo Oriente.

No caso concreto do Magrebe, parte dos países europeus têm uma história comum com estes Estados, enquanto outros mantêm relações estreitas desde há décadas por terem sido a potência colonial ou serem parceiros privilegiados nas relações comerciais e sobretudo políticas.

No que se refere às relações bilaterais, Portugal está a tornar-se um parceiro privilegiado dos países do Mediterrâneo Ocidental. Durante as últimas décadas, as relações destes Estados voltaram-se essencialmente para a França e a Espanha. No entanto, a sua grande influência e as disputas territoriais entre a Espanha e Marrocos reforçaram as trocas com Portugal.

Desde os anos 90 o desenvolvimento dos países do Magrebe tem sido significativo, a despeito de certos pontos de sombra na sua situação política, social e económica. Assim, é interessante fazer o ponto da situação destes Estados, num primeiro momento e, num segundo momento, analisar as diversas iniciativas e negociações em curso no Mediterrâneo Ocidental.

A situação política e económica dos Estados do Mediterrâneo Ocidental

Desde os anos 60 a pressão dos Estados europeus e dos Estados Unidos para atrair os países do Magrebe ao seio da democracia e do capitalismo e afastá-los da influência da União Soviética foi constante. Enquanto que Marrocos e a Tunísia tinham políticas mais voltadas para o Ocidente, a Argélia encontrava-se claramente no círculo de influência da União Soviética. Isso não quer dizer que Marrocos e a Tunísia tivessem regimes democráticos tal como os entendemos no Ocidente, longe disso.

Desde o colapso do bloco soviético assiste-se a uma viragem sensível dos regimes do Mediterrâneo Ocidental, nomeadamente com a libertação de prisioneiros políticos e a abertura da cena política a vários partidos.

Porém, há pontos negros que se mantêm no seio destes regimes pouco ou nada transparentes, em que a liberdade da imprensa ainda é largamente coartada e as eleições não são provavelmente tão livres ou rigorosas como se quer fazer crer.

Na Tunísia, as eleições saldaram-se sistematicamente pela vitória do Presidente Ben Ali com valores surpreendentes da ordem dos 90%. O Sr. Ben Ali é Presidente da República

Tunisina desde Novembro de 1987, tendo sido reeleito em Abril de 1989, Março de 1994, Outubro de 1999 e Outubro de 2004. Em 26 de Maio de 2002, num referendo em que participaram um recorde de 95,5% dos cidadãos inscritos, 99,52% dos eleitores aprovaram uma revisão da Constituição. Esta reforma da Constituição autoriza um número ilimitado de mandatos presidenciais e aumenta a idade de elegibilidade do Chefe de Estado de 70 para 75 anos, acentuando assim o carácter presidencialista do regime, ao mesmo tempo que permite ao Presidente Zine el-Abidine Ben Ali apresentar-se às eleições de 2004 e de 2009. A reforma também tinha por objectivo introduzir um artigo que proclama a impunidade penal do Chefe de Estado, inclusive no fim dos seus mandatos, por qualquer acto cometido durante o período da sua presidência. Isto provocou a indignação da sociedade civil que a repressão não conseguiu reduzir ao silêncio. Este plebiscito não suscitou nenhuma crítica da parte dos parceiros ocidentais da Tunísia. A verdade é que o Sr. Ben Ali continua a ser um aliado certo na luta contra o terrorismo islamita, que desde os atentados de 11 de Setembro de 2001 se tornou prioritária, relegando mais do que nunca para segundo plano a defesa do pluralismo e dos direitos humanos.

A Argélia entrou na sua transição democrática em 1989, mas esta foi interrompida em Junho de 1991, quando foram conferidos plenos poderes ao exército. Em Janeiro de 1992, seguiu-se um golpe de Estado após as oposições, em particular os islamitas do FIS (Frente Islâmica de Salvação) terem conquistado as posições cimeiras na primeira volta das eleições legislativas. O estado de emergência e a legislação de excepção ainda estavam em vigor no Verão de 2002 e os generais que dirigiam o exército recusavam qualquer solução política que implicasse uma revogação do estado de emergência e a realização de uma conferência que agrupasse as forças políticas mais importantes a fim de relançar o processo de legitimação e de democratização das instituições. Não tendo de prestar contas a um poder político civil que existia apenas em fachada, foi responsável pela forma como foi conduzida a repressão que não conseguiu atenuar a violência terrorista. Fala-se de 200 000 mortos, durante a década de 90, e de milhares de pessoas torturadas e desaparecidas, sem que tenha sido apurada a verdade sobre os graves atentados aos direitos humanos perpetrados pelas forças de segurança, as milícias armadas pelo Estado ou os grupos armados, com as autoridades a entravar sistematicamente qualquer missão ou comissão de inquérito independente. A gestão catastrófica da economia e da sociedade também é da sua responsabilidade.

Esta violência perpetrada pelos grupos radicais diminuiu. De acordo com um relatório officioso do Ministério do Interior, aproximadamente 1 500 pessoas perderam a vida durante o ano de 2003, 450 das quais eram islamitas armados.

Segundo o exército, verifica-se uma diminuição da contestação islâmica radical e uma “atomização” dos grupos armados, como é o caso do Grupo Salafista para a Prédica e o Combate (GSPC), durante muito tempo a mais bem estruturada das organizações que pretendiam derrubar o regime pelas armas. No início de 2003, o GSPC contava aproximadamente 500 homens que teriam sido deslocados para Leste pelo novo émir Nabir Sahraoui, mais conhecido como Abou Ibrahim, que substituiu o antigo émir, desacreditado pelos seus homens. Isso não impediu este grupo, que jurou obediência ao movimento terrorista internacional Al-Qaeda, de atacar um comboio militar e matar 10 soldados, deixando outros 16 feridos, em 2 de Junho passado.

Quanto ao Grupo Islâmico Armado (GIA), de longe o mais activo e o mais sanguinário de todos durante a última década, não teria mais de uns trinta elementos, acantonados na Mitidja, a planície agrícola na orla de Alger.

Por fim, vários outros grupos dissidentes permanecem activos nas zonas rurais do Oeste do país.

A situação política continua, no entanto, muito confusa e instável. A prová-lo estão as últimas eleições de Abril de 2004. O exército desempenha um papel “subterrâneo” e totalmente opaco. Vários partidos políticos pensavam poder contar com o apoio do exército de que, visivelmente durante a campanha, o Sr. Bouteflika não beneficiava. Apesar disso, o Sr. Bouteflika venceu as eleições com 85% dos votos, o que é um resultado sempre surpreendente para uma democracia. Contudo, facto interessante, as caixas do Estado estão cheias graças ao petróleo! Quarenta e um mil milhões de dólares (aproximadamente 34 mil milhões de euros). A equipa governamental foi reconduzida nas suas funções praticamente sem alterações. O Primeiro-Ministro, Ahmed Ouyahia falou de reconciliação nacional e de aceleração da transição para a economia de mercado, mas até agora nada parece mexer. A população, por sua vez, começa a dar sinais de impaciência e não seria surpreendente ver manifestações de cólera nas ruas, nomeadamente de Alger.

Marrocos é uma democracia onde a transparência também está largamente ausente. No entanto, segundo a grande maioria da classe política marroquina, as eleições de Setembro de 2002 respeitaram globalmente as regras da transparência. Estas eleições foram um acontecimento importante em 2001-2002, pois foram apresentadas como o culminar da transição democrata que o socialista Abderrahmane Youssoufi prometeu,

em 4 de Fevereiro de 1998, ao assumir a chefia de um governo de alternância. Durante estas eleições, as grandes formações políticas, a União Socialista das Forças Populares (USFP), o Itsqal e a Congregação Nacional dos Independentes (RNI), continuam a estar fortemente representados mas, ao mesmo tempo, um partido “jovem” na arena política, o Partido da Justiça e do Desenvolvimento (PJD), que representa o islamismo legalista, triplicou o número de assentos, tornando-se numericamente o terceiro partido no Parlamento. Após estas eleições Mohammed VI nomeia Driss Jettou, um próximo do Palácio sem filiação partidária, para o cargo de Primeiro-Ministro. A composição do governo, que terá levado um mês e só seria conhecida no início do mês de Novembro 2002, afasta o PJD, não lhe delegando qualquer responsabilidade no seio do Governo, não obstante os importantes sufrágios que obteve, e nomeando apenas um ministro (sem pasta) de obediência ao Itsqal. Embora o islamismo se tenha introduzido no Parlamento, o Palácio abstem-se de reconhecer a sua presença constituindo um Governo de técnicos próximos do Monarca e relegando o PJD para uma função de oposição.

Além disso, fontes oficiosas fizeram eco de negociações entre o Palácio e o líder do PJD, que teriam levado este último a aceitar os 42 assentos no Parlamento, ou seja, menos quinze do que aqueles a que na realidade tinha direito.

O interesse não está tanto neste artifício introduzido no processo de selecção dos representantes da nação marroquina como na implementação de um mecanismo de negociação aparentemente pacífico, controlado e aceite entre a Monarquia e o primeiro partido islamita legalista marroquino.

O reino de Marrocos debate-se actualmente com a questão do Saara Ocidental, cuja soberania disputa com a Frente Polisário desde meados dos anos de 1970. Em Fevereiro de 2002, o Secretário Geral das Nações Unidas, Kofi Annan, intima Marrocos a desbloquear a situação. Verificando o estado de bloqueio no Saara Ocidental, onde as Nações Unidas estabeleceram, a partir de 1991, uma Missão para a organização de um referendo de auto-determinação (MINURSO), Kofi Annan apresentou ao Conselho de Segurança da ONU um relatório com quatro soluções alternativas: a realização de um referendo “sem o acordo dos partidos”, a autonomia do território no seio de Marrocos e, ao cabo de cinco anos, eleições para a integração ou a independência, “a ideia de uma partilha territorial” e a retirada da ONU, cuja presença já custou meio milhar de milhão de dólares. À excepção do projecto de autonomia seguido de integração, que foi considerado “não negociável” pela Frente Polisário e o seu principal aliado, a Argélia, nenhuma destas soluções seria aceitável para o trono alaouite, que ligou a sua sorte à recuperação das províncias saarianas.

A esta situação acrescentam as tensões acumuladas com a Espanha sobre as questões não apenas da pesca e da emigração clandestina, mas também dos dossiers da prospecção petrolífera que em 21 de Outubro de 2001 estiveram na origem da retirada do Embaixador de Marrocos em Madrid. Após ter atribuído, no início de Outubro de 2001, zonas de prospecção ao largo do Saara Ocidental à TotalFinaElf e à Ker McGee (empresa americana), Rabat desconfiou da decisão do Governo Espanhol, em Dezembro de 2001, de autorizar sondagens à volta das ilhas Canárias. A tensão entre os dois países agrava-se ainda mais quando Rabat envia, em Julho de 2002, militares à ilha de Leila (Perejil) – sem soberania estabelecida –, desencadeando o envio de soldados espanhóis para os expulsar.

Entretanto, após as conversações sobre a questão da ilha de Leila, as relações entre o Reino Marroquino e a Espanha normalizaram-se.

Apesar das tentativas de democratização e da abertura parcial dos regimes do Magrebe, os países ocidentais pedem-lhes ainda esforços no sentido da democratização e proferem críticas contra estes países nomeadamente em relação à grande ligação entre o Estado e a religião que prevalece no Norte de África. Nenhum destes países é um regime puramente islâmico. Todavia, em quase todos, a separação entre as instituições religiosas e as instituições políticas, tal como a conhecemos na Europa, não existe. Em Marrocos e na Argélia, por exemplo, a religião está oficialmente separada do Estado, mas este não consegue desligar-se do poder religioso. A própria população, na sua grande maioria, está muito ligada à religião. O ensino nas escolas e a aprendizagem do Corão propicia a que as populações continuem a confundir as instituições religiosas com o Estado. As reformas que têm eventualmente de ser implementadas para esta separação são reformas profundas e a longo prazo. Os regimes que as experimentaram fracassaram, provavelmente por falta de preparação e de envolvimento da sua população nestas reformas. Nos países do Magrebe, a participação das instituições religiosas nos assuntos políticos tem sido um travão ao desenvolvimento social e económico destes Estados.

Situação económica dos países do Magrebe

A relativa prosperidade económica em que assentam os frágeis equilíbrios sociais da Tunísia e a legitimidade de um regime que soube melhorar o nível de vida dos cidadãos dá sinais de estarem a exaurir-se. Os efeitos acumulados de uma seca prolongada e do abrandamento da actividade mundial, acentuada após o 11 de Setembro, e a intervenção no Iraque, têm repercussões visíveis numa economia muito aberta ao exterior.

Além disso, o atentado perpetrado em 11 de Abril de 2002 contra a sinagoga de Djerba, que custou a vida a 20 pessoas, entre as quais 17 turistas, comprometeu a época turística quando o turismo constitui uma actividade vital que contribui com 7% para o Produto Interno Bruto (PIB). O crescimento, que já tinha dado sinais de abrandamento em 2001, terá atingido 1,7% em 2002, quando as previsões iniciais apontavam para 4,9%. No entanto, em 2003 sobe para 4,2%. Esta taxa não permite satisfazer uma procura adicional de emprego que continua a ser importante com um número anual de 80 000 recém-chegados ao mercado de trabalho e uma taxa de desemprego na ordem dos 14,7% em 2003. Os efeitos da corrupção nos níveis de topo, que ganhou amplitude durante os anos anteriores, também prejudicaram o sector bancário devido nomeadamente aos créditos incobráveis, começando a desencorajar os investidores estrangeiros dos quais a Tunísia depende muito para dinamizar a sua economia. Por fim, o desmantelamento do acordo Multi-Fibras sobre o comércio internacional de produtos têxteis corre o risco de fechar parcialmente o mercado europeu aos têxteis tunisinos, primeira exportação do país, enquanto o acordo assinado em 1995 com a União Europeia coloca os agricultores e os industriais tunisinos em concorrência directa com uma das economias mais poderosas e mais subsidiadas do globo. Para 2003-2004 prevê-se um aumento do crescimento (5,8% em 2004), impulsionado pela recuperação do sector agrícola, da indústria de transformação e de turismo e pelo aumento das exportações em virtude da depreciação do dinar tunisino face ao euro.

A Argélia encontra-se, assim numa situação difícil embora vários organismos internacionais prevejam uma retoma do crescimento, que deveria atingir 2,8% em 2002 e 4,1% em 2003, impulsionado principalmente pelo investimento e as exportações de hidrocarbonetos e pelo aumento do preço do petróleo.

No entanto, a Argélia debate-se com várias dificuldades, designadamente o agravamento da pobreza, sobretudo nas cidades onde vive 60% da população, uma taxa de desemprego que ultrapassa os 27%, ou seja 2,3 milhões de pessoas, 70,7% das quais com menos de 30 anos, a penúria do alojamento, as dificuldades crescentes de abastecimento de água, causas de agitações quase quotidianas, e o regresso de doenças como a febre tifóide ou a meningite, o que provocou um recrudescimento dos movimentos de reivindicação que pode comprometer os resultados da estabilização macroeconómica (o aumento dos salários provocou um agravamento da inflação de 3,5% em 2001 para 4,1% em 2002). Apesar do acréscimo das receitas obtidas dos hidrocarbonetos e da agricultura, o crescimento continuou a ser insuficiente em 2001, sobretudo na indústria.

O declínio do sector público (diminuição da produção de 0,7%, investimentos públicos inferiores a 6% do PIB) não parece ser compensado pelo desenvolvimento do sector privado que só cria 700 empregos para cada 1000 destruídos no sector público.

Em 2001 e 2002, Marrocos registou um maior crescimento económico, 6,5% e 3,2% respectivamente, graças a condições climáticas mais favoráveis e a um súbito desenvolvimento do sector industrial, que se traduziu na criação de empregos, especialmente nas regiões rurais, onde foi possível baixar a taxa de desemprego de 22% em 1999, para 18,2% em 2002. Apesar de tudo, a economia terá de manter as suas taxas de crescimento, no mínimo, em 6% ao ano para conseguir diminuir a taxa de desemprego nos próximos anos.

Um dos maiores desafios que Marrocos enfrenta é a elevada taxa de pobreza. Embora esta tenha baixado de 21% para 13% entre 1984 e 1992, regressou em força em 2000 (19% para uma população de 29 milhões de habitantes), devido principalmente ao fraco crescimento económico e, mais concretamente, à estagnação das receitas da agricultura. O sector agrícola, que emprega metade da população activa, continua a ser uma componente muito importante da economia, na medida em que contribui com aproximadamente 17% para o Produto Nacional Bruto (PNB). No que se refere ao petróleo, as esperanças de um futuro petrolífero para o Reino estão depositadas nos jazigos à volta de Talsint (Sudeste), cujas reservas se revelaram muito aquém dos 10 mil milhões de barris imprudentemente anunciados em Agosto de 2000 (sem que um novo número oficial tenha indicado exactamente o seu verdadeiro potencial), na margem atlântica do Noroeste Africano.

Marrocos situa-se na vanguarda da região em domínios como a abertura da sociedade civil, a promoção da democracia, a autoridade da lei, a descentralização e a participação comunitária. Estes são os elementos que poderão ter um impacto sustentado na redução da pobreza.

Do ponto de vista económico, a assimetria entre as duas margens do Mediterrâneo está patente. Com efeito, na ausência de consenso entre os países do Sul, os acordos de cooperação económica, por exemplo, têm sido negociados individualmente com cada país. Assim, os acordos económicos entre a União Europeia e estes Estados seguem fases e ritmos diferentes para cada um deles.

O quadro estrutural dos países do Sul do Mediterrâneo não atraiu os investimentos estrangeiros esperados e os efeitos dos diversos acordos económicos não atingiram os

objectivos estabelecidos. Actualmente as exportações dos países do Sul para a União Europeia estão aquém das previsões da Parceria Euro-Mediterrânica.

Os próprios apoios financeiros da UE destinados aos países do Sul do Mediterrâneo não foram utilizados na íntegra. O programa MEDA da UE não esgotou todos os valores destinados ao Mediterrâneo como previsto inicialmente.

Assim, para o período de 1995-1999, o programa MEDA I atribuiu apenas 3 435 milhões de euros dos 4 422 milhões de euros previstos a título da cooperação financeira entre a UE e os parceiros mediterrânicos.

Para o período de 2000-2006, o programa MEDA II dispõe de um orçamento de 5 350 milhões de euros. Como sucedeu com o programa anterior, os valores atribuídos para o ano 2000 não foram totalmente utilizados.

Os países do Sul, empresas e outras entidades, não beneficiaram plenamente destes fundos, fosse por falta de informação, fosse devido à inadequação dos critérios de atribuição definidos pela UE face à estrutura jurídica e económica destes países.

Embora 51% das exportações e 40 % das importações sejam efectuadas com a Europa, as relações comerciais Sul/Sul limitam-se a 6% do valor total das trocas comerciais.

Assim, a situação económica e social dos países do Norte de África e do Médio Oriente poderia conhecer evoluções positivas.

Segundo o Banco Mundial, embora as regiões do Médio-Oriente e do Norte de África não tenham conseguido manter um ritmo de crescimento contínuo durante a última década, as projecções mostram que a pobreza poderia regredir ligeiramente, passando de 7 milhões em 1999 para 6 milhões em 2015, o que representaria uma redução significativa, tendo em conta o crescimento demográfico. Importa sublinhar que as taxas de crescimento demográfico médio anual, no período de 1995-2000, eram aproximadamente 2% no Norte de África e 2,2% no Médio Oriente. Paralelamente, a Europa apresenta uma taxa de crescimento médio anual de 0%, o que traduz tendências de declínio demográfico na Europa e na Europa Meridional.

Foram desenvolvidos esforços importantes para melhorar a qualidade de vida das populações e, em particular, para atenuar as diferenças de nível de escolarização e de resultados escolares entre a população masculina e feminina. É por isso que a evolução positiva contínua dos indicadores sociais, em particular no domínio da saúde, é um dos grandes desafios a enfrentar na região.

Em termos de despesas militares e a título de informação, a Argélia e Marrocos são os Estados que mais investem neste domínio. Em comparação, no ano 2000, as despesas militares da Argélia ascendiam a 1 881 milhões de dólares, de Marrocos 1 378 milhões

de dólares e da Tunísia 322 milhões de dólares. As despesas militares nestes Estados registaram um ligeiro aumento em relação aos anos anteriores em virtude da reforma das forças armadas e do combate ao terrorismo.

As iniciativas ocidentais no Mediterrâneo

As iniciativas ocidentais no Mediterrâneo surgiram no início dos anos 1990 após a primeira Guerra do Golfo e sobretudo após a conferência de Madrid de 1991. O Processo de Barcelona e o Diálogo Mediterrânico da NATO tiveram início em 1995 e 1994 respectivamente. O Diálogo 5+5 é anterior, tendo a ideia surgido em 1983, mas só se concretizou em 1990.

Para além da Guerra do Golfo de 1990, outros imperativos encorajavam os países europeus, os Estados Unidos e os países da margem Sul do Mediterrâneo, a iniciar uma cooperação mais intensa, sobretudo a imigração importante destes últimos para a Europa e o facto de o Mediterrâneo se ter tornado uma região fonte de riscos em várias áreas, como a proliferação de armas de destruição maciça, o terrorismo, os diversos conflitos e tensões existentes na região e a grande assimetria entre o Norte e o Sul em termos de desenvolvimento económico e social.

No que se refere à imigração, entre 11 e 15 milhões de muçulmanos vivem nos países europeus. Após a suspensão oficial da “imigração laboral em 1974”, o enraizamento das populações tornou-se irreversível. A intensificação das políticas de aproximação familiar contribuiu para a recomposição e o alargamento das famílias em solo europeu.

A expressão da identidade islâmica torna-se assim um elemento essencial de sedentarização.

É o regresso desta visibilidade do Islão que cristaliza interrogações e oposições por vezes violentas.

Nos Estados Unidos, a comunidade muçulmana representa entre 4 e 6 milhões de pessoas, quase metade das quais oriunda de conversões no seio da comunidade negra.

A maioria dos muçulmanos imigrantes na Europa e nos Estados Unidos são oriundos de países onde o Islão é a religião do Estado ou a religião dominante. A integração desta população num contexto não muçulmano, pluralista e leigo está na origem de novas formas de viver a tradição islâmica, moldada pela grande variedade das culturas de origem, mas também pelas tradições e as lógicas de cada sociedade de acolhimento.

Em França, na Bélgica, na Holanda, na Itália, na Espanha e na Alemanha a religião islâmica é a segunda religião mais praticada após o cristianismo.

Na sequência dos acontecimentos de 11 de Setembro, a situação das comunidades muçulmanas na Europa e nos Estados Unidos deteriorou-se ao serem injustamente responsabilizadas pelos atentados pela maioria das populações locais e vistas como terroristas, em grande parte devido à ignorância total ou parcial deste fenómeno religioso.

O Processo de Barcelona

A Parceria Euro-Mediterrânica criada em 1995 conheceu longos períodos de estagnação e de bloqueio devido, em particular, ao conflito israelo-palestiniano e a diversas tensões que dividem a margem Sul do Mediterrâneo. É, contudo, um dos fóruns mais completos e que reúne mais Estados no mecanismo de diálogo.

O Processo de Barcelona desdobra-se em várias vertentes, a vertente Política e de Segurança, a vertente Económica e Financeira e a vertente Social, Cultural e Humana. Como era previsível foi a vertente Económica que melhor funcionou durante estes últimos anos, embora os fundos comunitários atribuídos ao Mediterrâneo MEDA I e II só tenham sido utilizados em parte. A vertente Política e de Segurança tem sido constantemente bloqueada pelo conflito no Próximo Oriente.

Em 22 e 23 de Abril de 2003 realizou-se a reunião dos Ministros dos Assuntos Estrangeiros “euro-mediterrânicos” em Valência, onde foi adoptado o Plano de Acção de Valência. Este plano, que tinha por objectivo o relançamento do Processo de Barcelona com a preparação de medidas precisas a concretizar no âmbito de cada vertente da parceria, confirma a função dos Altos Representantes da União Europeia em domínios como a Carta para a Paz e a Estabilidade ou os Direitos do Homem e a Democracia.

O Plano de Acção de Valência não só tem objectivos precisos, como também formas de os atingir mais realistas, com um acompanhamento dos trabalhos em cada reunião.

A reunião de Ministros dos Negócios Estrangeiros da Parceria Euro-Mediterrânica que teve lugar em Nápoles em 2 e 3 de Dezembro de 2003, adoptou medidas concretas para a reactivação do Processo de Barcelona. Os objectivos e valores da Parceria foram reafirmados, assim como a necessidade de reforçar a cooperação e o diálogo, mas sobretudo concluíram-se os trabalhos iniciados em Valência nos domínios seguintes:

- Assembleia Parlamentar da Parceria Euro-Mediterrânica;
- Um Banco Euro-Mediterrânico, filial do Banco Europeu de Investimento (BEI), que detém a maioria ou uma Facilidade Euro-Mediterrânica de Investimento e de Parceria (FEMIP) reforçada pelo BEI;
- A Fundação Euro-Mediterrânica para o Diálogo entre as culturas.

A Parceria vai mais longe nas questões de Política e de Segurança. Para além das reuniões regulares no seio da Parceria, foi decidido realizar reuniões ad hoc sobre o terrorismo. O objectivo é constituir uma rede de contactos, que permita aos parceiros que o desejem a possibilidade de instituir um mecanismo de alerta rápido e trocar informações. Estabelece-se assim um diálogo no domínio da Política Europeia da Segurança e Defesa (PESD), através do Comité Político de Segurança (COPS) ao nível dos peritos. Este diálogo poderá levar os membros do Processo de Barcelona a uma cooperação progressiva no seio da PESD (Política Europeia de Segurança e Defesa). Não devemos esquecer que alguns dos parceiros do Sul do Mediterrâneo já se comprometeram em operações de apoio à paz sob a égide das Nações Unidas nos Balcãs ou em África.

Estão em curso outras medidas que visam reforçar a relação de parceria nomeadamente a formação de pessoal civil e militar para o auxílio humanitário no fim do conflito, a formação em gestão civil das crises e a cooperação entre as autoridades encarregadas da protecção civil, da segurança marítima e do ambiente.

No tocante à vertente económica e financeira, os Acordos de Associação em negociação até à data com cada país do Mediterrâneo (Tunísia, Israel, Marrocos, Egipto, Autoridade Palestiniana, Jordânia, Argélia e Líbano) foram finalmente assinados à excepção do acordo com a Síria, as negociações foram concluídas em Outubro de 2004.

Tendo por fundamento estes acordos de associação a União Europeia está a elaborar, no âmbito do conceito da Política Europeia de Vizinhança, planos de acção individual, estando em preparação os planos para cinco países mediterrânicos, Marrocos, Tunísia, Argélia, Israel e Palestina.

Um outro aspecto positivo para a região é a assinatura do Acordo de Agadir, em Março de 2004, entre o Egipto, a Jordânia, Marrocos e a Tunísia, que tem por objectivo a promoção do comércio regional e a integração económica. Este acordo vem provar, num certo sentido e sob reserva da sua evolução, que a cooperação Sul/Sul é possível.

O Diálogo da NATO para o Mediterrâneo

O Diálogo da NATO deparou-se com as mesmas dificuldades que o Processo de Barcelona e não conheceu grandes evoluções nos anos de 1990, com a agravante de os países do Sul do Mediterrâneo alimentarem uma grande desconfiança em relação à NATO devido à sua natureza militar.

Em Julho de 2002, o Conselho do Atlântico Norte considerou que o Diálogo para o Mediterrâneo da NATO era uma das grandes prioridades da Aliança e, nesse sentido, tornava-se essencial aprofundar as relações entre os membros desta Parceria.

A participação dos países do Sul do Mediterrâneo nas conferências e cursos organizados pela NATO no quadro do Diálogo para o Mediterrâneo prosseguiu em 2003.

Em Julho de 2003 decidiu-se, mediante proposta da Suíça, que os Parceiros da Margem Sul do Mediterrâneo podiam participar nas reuniões, seminários e workshops do grupo de trabalho ad hoc sobre as armas ligeiras.

A participação dos Estados do Sul do Mediterrâneo no combate ao terrorismo, no quadro do “Partnership Action Plan against terrorism” (Plano de Acção em Parceria contra o Terrorismo) está em estudo. Esta cooperação pode incluir as questões seguintes: consultas políticas, cooperação em actividades científicas não confidenciais com o objectivo de mitigar o impacto do terrorismo, partilha de informações, protecção civil e reforma do sector da defesa e segurança.

A NATO e a União Europeia estão a tentar estabelecer uma cooperação reforçada no quadro das suas iniciativas para o Mediterrâneo. Esta operação faz-se através da troca de informações entre as duas organizações, reuniões no âmbito da segurança e estabilidade no Mediterrâneo e a “troca de opiniões” entre os seus funcionários.

O Diálogo 5+5

É a iniciativa mais antiga das que acabamos de enumerar. Este diálogo foi posto em prática entre a França, a Itália, Espanha, Portugal e Malta e Argélia, a Tunísia, Marrocos, a Líbia e a Mauritânia. O seu objectivo é promover a cooperação entre os países membros. Foi muito rapidamente bloqueado pelos diferentes conflitos e tensões da região, nomeadamente o Saara ocidental, o afastamento da Líbia, a Guerra do Golfo de 1990 e a crise na Argélia.

A intenção desta iniciativa era apoiar os países do Magrebe nos domínios da gestão de recursos naturais, de desenvolvimento dos laços económicos e do apoio financeiro,

bem como da imigração e do apoio à cultura, numa perspectiva comum de criar uma zona de paz e de cooperação, sem qualquer dimensão militar. Em Dezembro de 2003, o Diálogo 5+5 realizou a sua primeira cimeira de Chefes de Estado e de Governo em Tunis. O comunicado final coloca a tónica nos aspectos da Segurança e Estabilidade, Integração Regional e Cooperação Económica, Cooperação nos domínios Social e Humano, Diálogo das Culturas e Civilizações e Concertação Política.

No que se refere às relações bilaterais, certos países europeus como a França ou Portugal consideram os países da Margem Sul do Mediterrâneo, em particular os do Magrebe, uma região prioritária em termos de relações políticas e económicas. A ajuda global da França a Marrocos, por exemplo, eleva-se a 200 milhões de euros por ano, em média, segundo o Ministério dos Negócios Estrangeiros.

Se para Portugal, como é frequentemente mencionado, o Mediterrâneo Ocidental é uma prioridade, o país deveria posicionar-se no mercado de forma a ser um parceiro privilegiado e não esperar reciprocidade, em particular nas relações económicas, sob pena de perder esta posição em benefício de Estados muito mais activos e agressivos nestas áreas.

As tensões existentes entre os países da margem sul do Mediterrâneo têm vindo a revelar tendências de diminuição e normalização nos últimos anos. Com a União Europeia e os Estados Unidos, as relações multilaterais e bilaterais têm efeitos pacificadores. A cooperação entre estas diferentes regiões aumentou acentuadamente durante a última década e tende para um diálogo mais eficaz e trocas mais profundas desde o ano 2000. Os ataques terroristas de 11 de Setembro aos Estados Unidos e os numerosos ataques que se seguiram nos países do Magrebe e da Europa aproximaram as duas regiões em torno de uma causa comum, o combate ao terrorismo. A situação económica tanto dos países do Norte como dos do Sul constitui uma forte motivação para a cooperação entre estas duas regiões, assim como a integração das grandes comunidades originárias dos países do Magrebe na Europa. Esta cooperação só poderá reforçar-se. Será muito difícil voltar atrás. Todos os Estados destas diferentes parcerias encontram nela vantagens. Para a Europa, é importante ter às suas portas regiões estáveis e em paz e para o Magrebe o desenvolvimento económico e social suscitado por esta cooperação é essencial.